

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

VOTO E CIDADANIA NO NORDESTE: Um Olhar sobre os Resultados das Eleições Presidenciais no Brasil de 2002 a 2022.

João Salmito Filho ¹

Taise de Almeida Vasconcelos²

RESUMO

O artigo investiga o resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2022 e a emergência de uma cidadania eleitoral no Nordeste; a análise, de caráter qualitativo e comparativo, utiliza mapas eleitorais para identificar padrões regionais, temporais e socioespaciais nas votações presidenciais das seis eleições que compreendem o período. Os resultados demonstram que o Nordeste se consolidou como o principal reduto eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo de cinco eleições consecutivas, desempenhando papel decisivo especialmente em 2022. Conclui-se que o Nordeste emerge, no período analisado, como ator político central na disputa nacional, articulando identidade regional, reconhecimento de políticas públicas e resistência às ondas conservadoras recentes, contudo, persiste o desafio de transformar essa cidadania predominantemente eleitoral em cidadania política ativa.

Palavras-chave: cidadania eleitoral; Nordeste; eleições presidenciais; políticas públicas; voto.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica eleitoral brasileira passou por transformações significativas nas últimas décadas, especialmente a partir do início do século XXI. O Nordeste emergiu como uma região politicamente diferenciada, apresentando padrões de votação distintos em relação às demais regiões do país, sobretudo nas eleições presidenciais do período de 2002 a 2022. Esse comportamento tem sido frequentemente interpretado a partir de diferentes perspectivas (CARNEIRO, 2016): ora como expressão de um suposto “atraso político”, ora como resultado direto da ampliação do acesso a políticas públicas redistributivas. Nesse contexto, uma

¹ João Salmito Filho; Doutorando em Políticas Públicas UECE; salmitofilho@yahoo.com.br

² Taise de Almeida Vasconcelos; Doutoranda em Políticas Públicas UECE; taise.almeida@uece.br

questão central requer aprofundamento e análise: emergiu no Brasil uma cidadania eleitoral expressa pelos resultados eleitorais do Nordeste?

Esta pesquisa parte da hipótese de que, a partir do primeiro governo Lula (2003–2006), o Nordeste brasileiro passou a vivenciar a ampliação de direitos sociais, consolidados pela implementação de políticas públicas federais de combate à pobreza. Esse processo teria contribuído para o surgimento de uma cidadania eleitoral caracterizada por maior identificação com projetos políticos alinhados à esquerda, e que se expressa de forma recorrente nos resultados eleitorais da região ao longo de cinco eleições presidenciais consecutivas.

Diante desse cenário, o objetivo geral deste estudo é identificar padrões de votação no Nordeste que evidenciem a emergência de uma nova cidadania eleitoral. Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos: a) examinar os resultados das eleições presidenciais de 2006 a 2022; b) relacionar os padrões de votação no Nordeste com a presença de políticas públicas federais implementadas no período; e c) analisar como os resultados eleitorais refletem transformações na percepção política dos eleitores nordestinos, apontando sinais da constituição de uma nova cidadania eleitoral na região.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender as especificidades do comportamento político-eleitoral do Nordeste como resultado de um processo histórico e social próprio, marcado por novas experiências de cidadania. A região, historicamente associada às desigualdades regionais e à pobreza, tornou-se um território onde o impacto de políticas públicas de cunho redistributivo pode ter contribuído para a formação de uma nova cidadania eleitoralmente ativa e que se destacou na contramão da força eleitoral conservadora nas demais regiões do país.

Para atingir seus objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e comparativa, com base na visualização e interpretação de dados por meio de mapas eleitorais, buscando identificar padrões e contrastes regionais ao longo do tempo. O estudo abrange as eleições presidenciais de 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022, considerando os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, com foco especial nos nove estados do Nordeste. A principal fonte de dados é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a partir de sua base estatística oficial de resultados eleitorais.

Ao investigar a possível emergência de uma nova cidadania eleitoral no Nordeste, o estudo pretende contribuir para o debate sobre cultura política,

participação democrática e desigualdades regionais no Brasil, oferecendo subsídios para uma compreensão mais ampla das transformações recentes no cenário político-eleitoral brasileiro.

O artigo é constituído de cinco seções além da seção inicial de introdução. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica do artigo, a terceira descreve a metodologia e a quarta expõe os resultados e discussão dos dados e por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente o semiárido nordestino caracteriza-se por relações sociais, econômicas e políticas pré-modernas, nas quais grande parte da população sobrevive da agricultura de sequeiro e não possui condições de participar plenamente da economia de mercado. A seca, fenômeno natural, regular e cíclico, agrava a fragilidade econômica da região e durante muito tempo desencadeou um grave problema social: a fome, que ameaça a vida humana e exige ação do Estado.

O território do Semiárido apresenta características ambientais específicas, baixa precipitação, alta evaporação, forte insolação e chuvas irregulares, que dificultam o abastecimento de água. Com mais de 1,1 milhão de km² e cerca de 28 milhões de habitantes, distribui-se por todos os estados do Nordeste e parte de Minas Gerais, como aponta o Instituto Nacional do Semiárido - INSA³.

No campo socioeconômico, o Semiárido sempre foi marcado por forte concentração de terras, água e meios de comunicação nas mãos de poucos, gerando altos níveis de desigualdade e degradação ambiental. O Nordeste concentra a maior parte da extrema pobreza do país, especialmente em áreas rurais, com baixos índices de desenvolvimento humano e elevada concentração de renda (RIOS, 2014).

Diante desse cenário, o Nordeste consolidou-se como um problema nacional, demandando políticas públicas efetivas. Historicamente, a atuação governamental se baseou na lógica de “combater a seca”, iniciada no Império com a construção do Açude do Cedro e continuada por instituições como IOCS, IFOCS e posteriormente o DNOCS, conhecido pelas grandes obras hídricas. Contudo, a

³ <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro>

grande seca de 1958 levou o governo federal a reconsiderar essa abordagem. Nesse contexto, Celso Furtado apresentou um diagnóstico inovador, defendendo que a seca não era o verdadeiro problema, mas sim as estruturas econômicas e sociais do Semiárido. Propôs, então, um projeto de desenvolvimento capaz de conviver com as condições climáticas e transformar a região (FURTADO, 1964). A partir de suas ideias, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que fundamentou a criação da SUDENE em 1959, inaugurando uma política pública com diretrizes voltadas à industrialização, modernização agrícola e transformação da economia regional. O pensamento de Furtado tornou-se referência no entendimento das desigualdades regionais brasileiras e na formulação de políticas para regiões menos desenvolvidas (FURTADO, 1969).

Compreender o Semiárido nordestino exige integrar elementos naturais, históricos, sociais e políticos, reconhecendo tanto sua vulnerabilidade quanto a necessidade de ações estruturantes que ultrapassem o antigo paradigma de combate à seca e promovam desenvolvimento sustentável e inclusivo (SILVA, 2010).

A Constituição de 1988 (CF 88) inaugurou um novo momento na história brasileira ao instituir direitos sociais e criar a seguridade social, que passou a garantir ações integradas de saúde, previdência e assistência social. A partir dela, desenvolveu-se uma rede nacional de proteção social, regulamentada e ampliada por governos posteriores, especialmente os chamados “governos populares”. Entre os avanços estiveram a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a instituição da aposentadoria rural e a expansão de programas sociais. O Bolsa Família, criado em 2003, tornou-se referência internacional na redução da pobreza, contribuindo para a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014 e ampliando significativamente o orçamento da assistência social.

Essa rede de proteção social transformou de forma particular o Semiárido nordestino, região marcada historicamente por estruturas socioeconômicas desiguais e pré-modernas. No Nordeste, os programas sociais geraram o que se chamou de “nova cidadania”: a garantia mínima de sobrevivência e a possibilidade de consumo básico, antes inviáveis em um cenário de economia de subsistência. Essa nova cidadania passou a influenciar fortemente o comportamento político e eleitoral da população (SINGER, 2009).

A compreensão das características do eleitorado nordestino entre 2002 e 2022 revela profundas transformações políticas e sociais que modificaram o papel

da região no cenário nacional. Conforme analisa Campos (2025), o Nordeste consolidou-se como o principal sustentáculo eleitoral das candidaturas de centro-esquerda, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT), processo que reflete tanto mudanças estruturais nas condições de vida da população quanto uma reconfiguração simbólica de pertencimento político.

A partir de 2006, com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o Nordeste passou a expressar nas urnas os efeitos diretos de políticas públicas federais de combate à pobreza, ampliação da renda e inclusão social, como o Bolsa Família, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ampliaram a presença do Estado na região e criaram o que André Singer (2012) denominou de realinhamento eleitoral lulista: a formação de uma base popular estável, ancorada sobretudo nas classes trabalhadoras e nos grupos historicamente marginalizados. Singer (2009) trabalha o conceito de lulismo, que representa uma aliança entre camadas populares e um projeto político de inclusão que se consolidou, sobretudo, nas regiões historicamente marginalizadas como o Nordeste. Nesse contexto, a discussão sobre o comportamento político do eleitorado nordestino encontra eco nas reflexões do autor.

Jessé Souza (2009) afirma que, a partir dos anos 2000, com a expansão das políticas públicas, a população historicamente marginalizada passou a ter acesso a bens simbólicos e materiais que antes lhes eram negados, o que possibilita novas formas de consciência política e de cidadania.

O eleitorado nordestino, antes identificado com práticas clientelistas e dependentes das elites locais, conforme descrevem Rejane Carvalho (1987) e Maria Auxiliadora Lemenhe (1996), passou progressivamente a reconhecer-se como um coletivo consciente de seu peso na política nacional. Tal processo representou uma ruptura com a lógica oligárquica tradicional, inaugurando um comportamento eleitoral orientado pela percepção de políticas redistributivas.

O comportamento eleitoral do Nordeste deve ser compreendido como resultado de um processo histórico de politização social; a pandemia de 2020 reforçou o protagonismo do Nordeste como região quando os governadores, reunidos no Consórcio Nordeste, opuseram-se ao negacionismo federal e coordenaram políticas públicas de saúde baseadas na ciência e na cooperação. Tal postura reforçou o papel da região como referência de responsabilidade institucional e solidariedade federativa (CAMPOS, 2025).

A cidadania se desenvolve historicamente por meio da conquista progressiva de direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967); a emergência de uma nova cidadania eleitoral no Nordeste pode ser interpretada, à luz de Marshall (1967), como o resultado de um processo de incorporação social que precede e sustenta a participação política.

De modo geral, a Constituição de 1988 entende cidadania como a participação ativa das pessoas na vida política do país (direito ao voto, elegibilidade, liberdade de expressão e participação), somada à proteção das liberdades individuais (igualdade perante a lei, direitos fundamentais) e à garantia de direitos sociais (saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência, moradia, entre outros). Assim, para a Constituição Cidadã, ser cidadão significa ter direitos e deveres que permitem participar plenamente da sociedade, com dignidade e igualdade.

Para Jürgen Habermas (2002), a cidadania está ligada à participação democrática e ao funcionamento da esfera pública; ele entende que ser cidadão não é apenas possuir direitos, mas participar ativamente dos processos de comunicação e deliberação que orientam as decisões políticas. O autor defende que a legitimidade democrática surge quando as decisões do Estado resultam de um debate racional e livre de coerções, no qual todos os cidadãos podem argumentar e influenciar coletivamente a vontade política. Assim, cidadania é a capacidade de participar, dialogar e deliberar na construção democrática da sociedade.

Para Hannah Arendt (2010), a cidadania está profundamente ligada ao direito de participar da vida política e à pertença a uma comunidade. Em sua obra, ela enfatiza que ser cidadão significa existir politicamente, ou seja, poder atuar, deliberar e influenciar nas decisões coletivas que afetam a vida em comum. Ela alerta que sem pertencimento a uma comunidade política, os indivíduos ficam vulneráveis à perda de direitos, como ocorre com apátridas ou refugiados. Assim, para Arendt, a cidadania é inseparável da participação política efetiva e da integração em uma esfera pública que reconheça e proteja os direitos de todos os membros.

Para Norberto Bobbio (1992), a cidadania está diretamente ligada à garantia e à efetividade dos direitos dentro de um Estado democrático de direito. Ele enfatiza que ser cidadão não se limita a possuir direitos formais, mas implica poder exercê-los na prática, o que depende de instituições políticas sólidas e de uma

sociedade que respeite o Estado de direito. Para ele, a cidadania plena é alcançada quando os indivíduos podem exercer seus direitos de maneira real e efetiva, participando da vida coletiva com igualdade e autonomia.

Diante do exposto, a cidadania plena exige que as pessoas tenham acesso real aos direitos que lhes permitem participar de maneira completa da vida em sociedade. Para isso, é fundamental que os direitos civis sejam garantidos e efetivamente exercidos, é indispensável que os direitos políticos sejam respeitados, possibilitando a participação ativa nas decisões públicas por meio do voto, da elegibilidade e da liberdade de organização e que haja a concretização dos direitos sociais, como educação, saúde, trabalho, moradia e segurança, que garantem condições dignas de vida. No entanto, esses direitos só se tornam efetivos quando há redução das desigualdades e igualdade de oportunidades para todos. A cidadania plena requer, ainda, instituições democráticas fortes e transparentes, uma população consciente e participativa, que conheça seus direitos e deveres e se engaje na construção de uma sociedade mais democrática.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa através da visualização e interpretação de mapas eleitorais. A comparação realizada entre as diversas regiões do país pretende identificar padrões e contrastes regionais ao longo do tempo.

O recorte temporal abrange as eleições presidenciais brasileiras realizadas nos anos de 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022, permitindo a análise de seis ciclos eleitorais consecutivos. No plano geográfico, a análise contempla os 26 estados da federação e o Distrito Federal, com foco especial na Região Nordeste, composta por nove estados, em comparação com as demais macrorregiões do país (Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Os dados primários foram obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio da seção de estatísticas e resultados eleitorais. Com o intuito de aprofundar a interpretação dos padrões eleitorais identificados, foram incorporados dados secundários de natureza socioeconômica e político-institucional. Esses dados incluem informações sobre a presença e cobertura de políticas públicas, tais como Bolsa Família, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida. As principais fontes desses dados são o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério do Desenvolvimento Social.

As votações foram categorizadas por coligações ideológicas, distinguindo, por exemplo, entre candidaturas progressistas e conservadoras, com base em critérios programáticos e alinhamentos partidários predominantes.

Para a representação espacial dos resultados eleitorais, utiliza-se mapas temáticos para cada eleição, com diferentes camadas de informação com a distribuição percentual dos votos por estado e coloração azul/ verde ou vermelho de acordo com o candidato vencedor (Conservador ou progressista).

Deve-se ressaltar que os dados utilizados são públicos e de livre acesso e as análises respeitam o uso responsável das informações sem exposição de indivíduos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

As eleições presidenciais brasileiras das últimas duas décadas oferecem um panorama revelador sobre a dinâmica política do país e a evolução da cidadania eleitoral, especialmente em regiões historicamente marginalizadas como o Nordeste. A partir de 2002, observa-se uma crescente influência do eleitorado nordestino nos resultados nacionais, vinculada não apenas a escolhas partidárias, mas também à experiência concreta de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais. Esse período permite analisar como fatores econômicos, sociais e simbólicos se entrelaçam para moldar comportamentos eleitorais, evidenciando a relação entre a ampliação de direitos, a construção de capital político territorial e o fortalecimento de uma participação política regional que, embora expressiva nas urnas, ainda apresenta limites no engajamento político mais amplo.

As eleições presidenciais brasileiras de 2002 ocorreram em um contexto de insatisfação popular e expectativa de mudanças; após dois mandatos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), o Brasil vivenciou uma série de reformas e ajustes econômicos, com foco na estabilidade da moeda e no controle da inflação, entretanto essas políticas tiveram custos sociais significativos. A recessão econômica que se instalou afetou profundamente a iniciativa privada, aumentando o índice de desemprego e comprometendo a renda das famílias brasileiras.

Luís Inácio Lula da Silva, que já havia concorrido em eleições anteriores, representava uma alternativa viável de mudança naquele momento e sua campanha dialogou diretamente com os anseios da população por justiça social, valorização do trabalho e recuperação econômica.

A eleição foi decidida no segundo turno com o resultado amplamente favorável a Lula, que venceu em quase todos os estados do país, com exceção de Alagoas de acordo com o mapa abaixo. Esse dado geográfico é emblemático e reforça a ideia de que sua vitória refletiu um desejo nacional por transformação.

Figura 01: Mapa dos resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2002 por estado — Vitória de Lula da Silva sobre José Serra



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições*.

O quadro abaixo expressa os percentuais de votações dos candidatos que disputaram o segundo turno nas eleições de 2002.

Quadro 1 : Votação eleições presidenciais, segundo turno 2002

Região	José Serra (PSDB)	Lula (PT)
Centro Oeste	42,71%	57,29%
Nordeste	38,48%	61,52%
Norte	41,82%	58,18%
Sudeste	36,99%	63,01%
Sul	41,16%	58,84%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TSE

Figura 02: Mapa dos resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2006 por estado — Vitória de Lula da Silva sobre Geraldo Alckmin



Região	Geraldo Alckmin (PSDB)	Lula (PT)
Centro Oeste	47,62%	52,38%
Nordeste	22,87%	77,13%
Norte	34,41%	65,59%
Sudeste	43,13%	56,87%
Sul	53,51%	46,49%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TSE

Esse resultado não apenas reafirmou a popularidade de Lula, mas evidenciou uma reconfiguração no peso político do eleitorado nordestino no cenário nacional. A partir deste pleito, a região Nordeste passou a desempenhar um papel central nos resultados eleitorais subsequentes, tornando-se um dos principais redutos eleitorais do lulismo e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dessa forma, o pleito de 2006 não pode ser analisado apenas como uma reeleição presidencial, mas também como um marco na ampliação da participação política de setores historicamente marginalizados.

Durante o segundo mandato de Lula (2007–2010), houve uma ampliação significativa de programas sociais e de investimentos em infraestrutura, educação e acesso à moradia. Iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa, Minha Vida e a consolidação do Bolsa Família impactaram profundamente a qualidade de vida de milhões de brasileiros, em especial no Nordeste. Na região semiárida, historicamente negligenciada por políticas de Estado, esses programas representaram avanços concretos em áreas como segurança alimentar, mobilidade social e acesso a serviços básicos.

Esse conjunto de ações foi decisivo para o desempenho eleitoral da candidatura de Dilma Rousseff que, embora fosse um nome novo para grande parte do eleitorado, a associação direta ao legado de Lula garantiu-lhe um forte apoio popular, sobretudo no Nordeste.

A eleição presidencial de 2010 marcou a continuidade de um projeto político iniciado com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002; após dois mandatos consecutivos, Lula lançou como sua sucessora a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua candidatura foi amplamente associada à promessa de manter e aprofundar as políticas públicas

implementadas durante os governos petistas, especialmente aquelas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais.

A eleição de 2010 foi decidida no segundo turno e Dilma venceu em todos os estados do Nordeste, ampliando ainda mais a votação na região em relação aos pleitos anteriores, como evidencia o mapa abaixo. Esse crescimento expressivo consolidou o Nordeste como o principal reduto eleitoral do projeto político petista, evidenciando o papel central da região nos resultados nacionais.

Figura 3: Mapa dos resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2010 por estado — Vitória de Dilma Rousseff sobre José Serra



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições*.

A eleição presidencial de 2014 foi decidida no 2o turno. A candidata Dilma (do Lula) ganha no Nordeste inteiro, mantendo a alta votação como mostra o mapa.

Figura 4: Mapa dos resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2010 por estado — Vitória de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições*.

O quadro abaixo expressa as votações dos candidatos que disputaram o segundo turno nas eleições de 2010.

Quadro 3: Votação eleições presidenciais, segundo turno 2010

Região	José Serra (PSDB)	Dilma (PT)
Centro Oeste	50,92%	49,08%
Nordeste	47,17%	52,83%
Norte	29,42%	70,58%
Sudeste	42,57%	57,43%
Sul	53,89%	46,11%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TSE

Nas eleições de 2010 e 2014 o Nordeste garantiu as vitórias de Dilma Rousseff (PT) contra José Serra e Aécio Neves (PSDB), funcionando, segundo Campos (2025), como uma “coluna de estabilidade democrática”. O autor observa que o eleitorado nordestino passou a desempenhar papel contramajoritário frente aos movimentos conservadores do Centro-Sul, sustentando uma “visão de Estado protetor e promotor de cidadania”. O quadro abaixo sintetiza os percentuais das votações dos candidatos que disputaram o segundo turno nas eleições de 2014.

Quadro 4: Votação eleições presidenciais, segundo turno 2014

Região	Aécio Neves (PSDB)	Dilma (PT)
Centro Oeste	57,43%	42,57%
Nordeste	28,32%	71,68%
Norte	43,47%	56,53%
Sudeste	43,81%	56,19%
Sul	58,91%	41,09%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TSE

A eleição presidencial de 2018 ocorreu em um dos momentos mais turbulentos da história do Brasil. A deposição da presidente Dilma Rousseff por meio de um processo de impeachment em 2016, somada ao avanço da Operação Lava Jato e à prisão do ex-presidente Lula em 2018, configuraram uma conjuntura política extremamente adversa ao Partido dos Trabalhadores (PT). Paralelamente, uma onda conservadora e de extrema direita ganhava força no cenário internacional e

encontrava eco no Brasil, canalizando o sentimento antipetista e o descontentamento generalizado com a política tradicional.

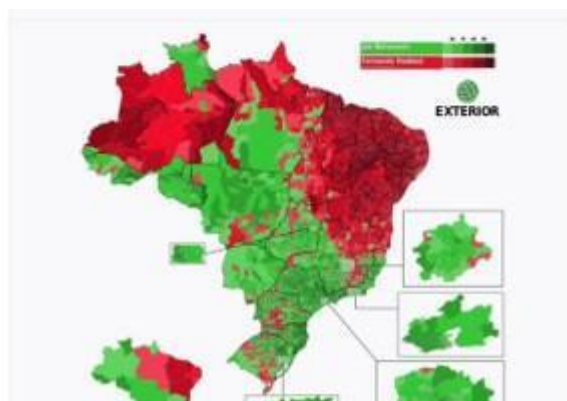
Nesse ambiente polarizado, emergiu a candidatura do então deputado federal Jair Bolsonaro como representante de uma nova direita radicalizada, fortemente apoiada pelas redes sociais, por grupos religiosos e setores do mercado financeiro. Bolsonaro apresentou-se como uma alternativa “antissistema”, capitalizando a crise política e moral que envolvia diversos partidos, em especial o PT.

Mesmo diante desse cenário desfavorável, o Partido dos Trabalhadores lançou a candidatura de Fernando Haddad, ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, após a impugnação da candidatura de Lula. A campanha de Haddad foi fortemente apoiada por Lula que, mesmo preso, ainda detinha alto prestígio entre parcelas significativas do eleitorado, sobretudo no Nordeste.

A eleição de 2018 foi decidida no segundo turno, com vitória de Jair Bolsonaro, mas o desempenho de Fernando Haddad no Nordeste foi expressivo e emblemático. Na contramão das demais regiões do país, o candidato apoiado por Lula venceu em todos os estados nordestinos, mantendo uma alta votação, mesmo sem alcançar a vitória nacional, reafirmando a lealdade eleitoral iniciada nos governos Lula. Esse resultado confirmou o enraizamento político do lulismo no Nordeste, evidenciando a durabilidade de sua base de apoio mesmo em condições extremamente desfavoráveis.

Essa constância reflete de acordo com Campos (2025) o acúmulo de capital político territorial, conceito inspirado em Pierre Bourdieu (2004), resultante da combinação entre memória social das políticas inclusivas e identificação simbólica com o projeto político do PT.

Figura 5: Mapa dos resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2018 por estado — Vitória de Jair Bolsonaro sobre Fernando Haddad



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições*.

O quadro abaixo expressa as votações dos candidatos que disputaram o segundo turno nas eleições de 2018.

Quadro 5: Votação eleições presidenciais, segundo turno 2018

Região	Bolsonaro (PSL)	Haddad (PT)
Centro Oeste	66,55%	33,45%
Nordeste	30,31%	69,69%
Norte	51,89%	48,11%
Sudeste	65,37%	34,63%
Sul	68,27%	31,73%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TSE

Apesar da vitória de Bolsonaro, o apoio massivo ao candidato do PT no Nordeste, revelou um fenômeno sociopolítico complexo: o surgimento de uma nova cidadania na região, formada a partir do acesso a direitos básicos, consumo, serviços sociais e inclusão por meio das políticas públicas dos governos petistas. Essa cidadania, embora representasse um avanço inegável na vida de milhões de pessoas, não corresponde ainda a uma cidadania plena. Trata-se, sobretudo, de uma cidadania eleitoral, expressa nas urnas, mas ainda limitada no campo da participação política ativa, exemplo disso foi a ausência de mobilização significativa desse eleitorado diante da prisão de Lula, mesmo com seu alto prestígio pessoal e simbólico. A falta de reação política organizada nesse episódio evidenciou os limites dessa cidadania emergente, fortalecida no voto, mas ainda frágil enquanto expressão consciente de engajamento político coletivo.

A eleição presidencial de 2022 foi marcada por um cenário de intensa polarização política e social, consolidando-se como uma das disputas mais acirradas da história do Brasil. De um lado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), buscava retornar à presidência após um período de intensa perseguição judicial e prisão, posteriormente anulada pelo Supremo Tribunal Federal. De outro, o então presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, representava a consolidação de uma direita autoritária, fortemente mobilizada nas redes sociais e entre setores conservadores da sociedade.

Foi a eleição com a menor diferença de votos entre os dois candidatos desde a redemocratização: como mostra o mapa abaixo, Lula venceu o segundo turno com 50,9% dos votos válidos contra 49,1% de Bolsonaro, uma margem de pouco mais de dois milhões de votos, resultado que evidencia o grau de divisão política e ideológica do país no período.

Figura 6: Mapa dos resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2022 por estado — Vitória de Lula sobre Bolsonaro



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições*.

O quadro abaixo expressa as votações dos candidatos que disputaram o segundo turno nas eleições de 2022.

Quadro 6: Votação eleições presidenciais, segundo turno 2022

Região	Bolsonaro (PL)	Lula (PT)
Centro Oeste	60,21%	39,79%
Nordeste	30,66%	69,34%
Norte	51,03%	48,97%

Sudeste	54,26%	45,74%
Sul	61,84%	38,16%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TSE⁴

Nesse contexto de extrema competitividade, o Nordeste mais uma vez desempenhou um papel decisivo. Lula obteve vitórias expressivas em todos os nove estados da região, com votações que, em alguns casos, ultrapassaram os 70% dos votos válidos. A força eleitoral do Nordeste não apenas garantiu a vitória regional ao candidato petista, mas foi fundamental para estabelecer a vantagem necessária para sua vitória nacional, compensando o desempenho inferior em outras regiões, como Sul, Centro-Oeste e partes do Sudeste.

Diferentemente das eleições anteriores, o pleito de 2022 evidenciou o aprofundamento de um mapa político-geográfico polarizado, no qual o Nordeste se consolidou como bastião do campo progressista, enquanto outras regiões, especialmente o Sul e o Centro-Oeste, se inclinaram majoritariamente ao bolsonarismo. Essa divisão territorial reflete também desigualdades estruturais, disputas simbólicas e diferentes visões de país, que têm se acentuado ao longo das últimas décadas.

Assim, a eleição de 2022 não apenas consagrou o retorno de Lula à presidência, mas também reafirmou o papel central do Nordeste como base eleitoral do lulismo e do campo popular-progressista. A alta votação na região demonstrou a persistência de uma identidade política marcada pela memória dos benefícios sociais obtidos nos governos petistas, bem como a capacidade do eleitorado nordestino de resistir às ofensivas conservadoras e de extrema direita.

A vitória de Lula em 2022 no Nordeste, consolidou definitivamente a região como núcleo de resistência democrática. Segundo Leonardo Avritzer (2022), essa votação foi determinante para a reconstrução institucional do país após um período de “fragilização conflitiva da democracia” vivido durante o governo Bolsonaro.

Em síntese, a análise das eleições presidenciais brasileiras desde 2002 revela a formação de um fenômeno político singular: a consolidação de uma cidadania eleitoral no Nordeste, fortemente associada às políticas sociais e ao projeto político do PT. Embora esse eleitorado tenha se mostrado consistente e

4

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?session=113772585493466>

decisivo nas urnas, sua participação ainda evidencia limitações no exercício pleno da cidadania, especialmente no que se refere à mobilização política ativa e à deliberação coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2022 revela um processo de reconfiguração política profundamente marcado pela emergência do Nordeste como ator central na dinâmica eleitoral nacional. A partir da chegada Lula à presidência, observa-se a implementação de políticas públicas que impactaram diretamente as condições de vida das populações historicamente marginalizadas, especialmente no semiárido nordestino. Essa intervenção estatal promoveu uma ampliação do acesso a direitos sociais básicos e produziu, como efeito político, a formação de um eleitorado fiel aos projetos progressistas liderados pelo Partido dos Trabalhadores.

A nova cidadania eleitoral, entretanto, não se traduziu automaticamente em uma cidadania política plena. O fenômeno observado no Nordeste, uma cidadania predominantemente eleitoral, com baixa capacidade de mobilização autônoma, aponta para os limites estruturais da democratização brasileira. Mesmo com expressiva adesão ao voto em candidatos ligados ao lulismo, como evidenciado nas eleições de 2006, 2010, 2018 e, de maneira decisiva, em 2022, esse eleitorado permaneceu relativamente ausente de manifestações políticas organizadas.

Na eleição de 2022, em meio a uma polarização extrema e uma crescente radicalização da direita brasileira, a vitória de Lula no segundo turno só foi possível graças à expressiva votação obtida no Nordeste, que compensou os desempenhos adversos em outras regiões do país. Essa centralidade regional demonstra não apenas a fidelidade eleitoral construída a partir de políticas concretas, mas também a permanência de profundas desigualdades sociais e econômicas que moldam o comportamento político no Brasil.

Assim, o ciclo eleitoral analisado neste estudo evidencia que o Nordeste não apenas foi beneficiado pelas políticas públicas dos governos petistas, mas se tornou progressivamente um forte coletivo político capaz de influenciar decisivamente os rumos da democracia brasileira. O desafio que permanece é transformar essa

cidadania eleitoral em uma cidadania política plena capaz de articular direitos, com voz ativa e participação na construção das políticas públicas.

Deve-se destacar, por fim, que o estudo apresenta limitações, pois a abordagem adotada tem caráter predominantemente qualitativo e descritivo, baseada em interpretações do contexto histórico-político e em observações gerais sobre os resultados eleitorais e carece de dados empíricos mais robustos, o que pode limitar a capacidade de comprovação objetiva da hipótese, uma lacuna a ser preenchida em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 3 nov. 2025.

CAMPOS, M. P.; SANDES, V.; SOUZA, C. (org.). Voto e política no Nordeste: mudanças regionais em um contexto de transformações nacionais. Campina Grande: EDUEPB, 2025.

CARNEIRO, A. Discursos sobre o Nordeste no HGPE: uma análise comparativa da imagem pública da região nas campanhas de Dilma e Aécio em 2014. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Fortaleza (CE), 2016.

CARVALHO, R. Coronelismo e Neocoronelismo: eternização do quadro de análise do Nordeste. Caderno de Estudos Sociais, v. 3, nº 3, p. 193-206, jul-dez, 1987.

FURTADO, Celso. Um Projeto para o Brasil. 5. ed. São Paulo: Saga, 1969.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo. Tradução de Flávio B. de Paula.

Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

LEMENHE, M. A. Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1996.

RIOS, Kenia Souza. Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SILVA, P.C.G. da *et al.* Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.